



CIRCULAR Nº05 – 01 DE ABRIL DE 2020

ASSUNTO: MEDIDAS EMERGENCIAIS ANUNCIADAS PELO GOVERNO (ÁREA TRABALHISTA)
DEPTO. PESSOAL (SONIA/KARINE)

Prezado Cliente, abaixo as Medidas Emergenciais Oficiais da Área Trabalhista adotadas pelo Governo até a presente data.

Atualizado em 01/04/2020 as 14:00hs

MEDIDA EMERGENCIAL – BREVE RESUMO	INSTRUMENTO LEGAL
Antecipação de Férias – possibilidade de antecipar período de férias não vencido com gozo mínimo de 5 e máximo de 30 dias.	Medida Provisória 927/2020
Flexibilização na Concessão das Férias Coletivas – desburocratização da comunicação ao sindicato da categoria e Ministério do Trabalho.	Medida Provisória 927/2020
Simplificação do Teletrabalho (home office) – dispensa da alteração do contrato de trabalho	Medida Provisória 927/2020
Antecipação de Feriados – poderá antecipar os feriados não religiosos, os religiosos dependem de acordo por escrito com os funcionários	Medida Provisória 927/2020
Banco de Horas – inserir no banco de horas as horas não laboradas com compensação até 18 meses	Medida Provisória 927/2020
Suspensão de Algumas Exigências de Medicina e Segurança do Trabalho – suspensão dos exames admissionais, periódicos (exceto demissional), treinamentos, eleição CIPA.	Medida Provisória 927/2020
Suspensão da exigibilidade do recolhimento e Parcelamento do FGTS das competências março, abril e maio/2020.	Medida Provisória 927/2020 e Circular Caixa 893/2020
Antecipação do 13º de quem recebe benefício pelo INSS para maio e junho/2020.	Medida Provisória 927/2020
Redução de 50% do Sistema S (parte de terceiros do INSS) da folha de pagamento das competências abril, maio e junho/2020.	Medida Provisória 932/2020
Suspensão da Prova de Vida dos beneficiários do INSS por 120 dias	Portaria INSS nº 373/2020
Definição dos Serviços Públicos e Atividades Essenciais	Presidência da República-Decretos 10282 e 10288 e 10292/2020
Novo Horário Mínimo de Funcionamento dos Postos de Combustíveis	Resolução ANP 812/2020
Falta justificada ao trabalho para quem precisar de isolamento/quarentena	Lei 13979/2020 – Portaria Ministério da Saúde 454/2020 e IN 356/2020